

PREGÃO ELETRÔNICO

003/2024

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA-MG

OBJETO

Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em realização, recreação e produção de eventos culturais e educacionais durante o ano de 2024 no município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 525.158,73 (quinhentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/05/2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1.	- Do Objeto.....	3
2.	- Do Registro De Preços	3
3.	- Das Condições de Participação	3
4.	- Da Impugnação do Ato Convocatório.....	6
5.	- Do Adiamento	7
6.	- Da Representação e do Credenciamento	7
7.	- Da Apresentação da Proposta	7
8.	- Do Preenchimento Proposta Comercial	8
9.	- Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances	9
10.	- Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora (Fase de Julgamento)	13
11.	- Da Fase de Habilitação.....	16
12.	- Dos Recursos Administrativos	20
13.	- Da Reabertura Da Sessão Pública.....	21
14.	- Do Encerramento da Licitação.....	21
15.	- Das Condições da Ata de Registro de Preços	22
16.	- Da Formação do Cadastro de Reserva	23
17.	Do Instrumento Contratual	24
18.	- Obrigações da Contratada.....	25
19.	- Das Obrigações da Contratante	26
20.	- Do Recebimento, Prazo de Execução e Fiscalização	26
21.	- Do Preço e do Pagamento	26
22.	- Das Infrações Administrativas e das Sanções.....	26
23.	- Da Validade Do Registro De Preços.....	28
24.	- Das Disposições Gerais.....	29

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

(Processo Administrativo nº. 022/2024)

A Prefeitura Municipal de Tupaciguara, órgão central do Poder Executivo Municipal, através do Departamento de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o **Procedimento licitatório nº. 022/2024**, modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 003/2024**, do tipo "**Menor Preço por item**", que se regerá pelas disposições da Lei Federal [nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), pelo Decreto Municipal nº. 175, de 22 de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Data de sessão de credenciamento e julgamento das propostas:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 28/05/2024 às 08:59 hs.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO E ANÁLISE DE PROPOSTAS

Dia 28/05/2024 às 09:00 hs.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: WWW.LICITANET.COM.BR

1. - Do Objeto

1.1 - O objeto da presente licitação é a Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em realização, recreação e produção de eventos culturais e educacionais durante o ano de 2024 no município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. - Do Registro De Preços

2.1 - As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. - Das Condições de Participação

3.1 - Poderão participar da presente licitação qualquer empresa do ramo do objeto deste certame, desde que satisfaça as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

3.2 - Como requisito para participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do TERMO DE REFERÊNCIA.

3.3 - Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.4 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.5 - O custo de operacionalização pelo uso da plataforma de pregão eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os planos de adesão abaixo:

Plano Avulso	30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 98,00	R\$ 143,00	R\$ 260,00	R\$ 395,00	R\$ 629,00

3.6 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

3.7 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o Município de Tupaciguara, em nenhuma hipótese, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

3.8 - As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

3.9 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

3.10- A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a **responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.**

3.11- Para os itens nº. **397085, 397091, 397088, 397087, 397083, 397090, 397089, 397082 e 397084** a participação é **EXCLUSIVA** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Já para os itens nº. **397086 e 397081** será permitida ampla participação.

3.11.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.12 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.13- Não poderão participar da licitação as empresas que:

- 3.13.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.13.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.13.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.13.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.13.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.13.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.13.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.13.8 - agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.13.9 - *pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹*;
- 3.13.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.13.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

¹ Nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021 e precedentes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a vedação de pessoa jurídica reunida em consórcio é ato discricionário da Administração, devendo ser devidamente justificado nos autos. Sendo assim, justifica-se que, no presente caso, tal vedação se deve ao fato de haver uma pluralidade de fornecedores que possam atender ao objeto do certame de forma individual, sem a necessidade de consorciamento, conforme verificado na pesquisa de mercado; cabe ainda salientar que o consorciamento pode ser considerado antieconômico para a contratação, pois a união de empresas para fornecimento do objeto retiraria a possibilidade de competição entre os mesmos, elevando os preços para a presente contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

3.14 - O impedimento de que trata o item 3.13.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.15 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.13.2 e 3.13.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.16 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.17 - O disposto nos itens 3.13.2 e 3.13.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.18 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.19 - A vedação de que trata o item 3.13.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. - Da Impugnação do Ato Convocatório

4.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: www.licitanet.com.br/.

4.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4.6 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva a comunicação do suposto vício, não suspenderá o curso do certame.

5. - Do Adiamento

5.1 - Todos e quaisquer adiamentos ou suspensões ocorridos durante o procedimento serão consignados em ata, designando-se nova data e horário para continuidade da sessão, os quais serão comunicados através do CHAT do sistema.

5.2 - Caso o adiamento ocorra antes da abertura inicial da sessão, será designado nova data, comunicando todos os interessados através do sítio eletrônico oficial PNCP e Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM.

6. - Da Representação e do Credenciamento

6.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

6.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.4 - O licitante que deixar de assinalar o campo da declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

6.5 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7. - Da Apresentação da Proposta

7.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), a proposta com a “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**”, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO, MARCA** (CONFORME SOLICITA O SISTEMA) e **MODELO**, quando for o caso, até o horário limite de início da sessão pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio.

7.2 - As propostas cadastradas no sistema não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

7.3 - Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada no sistema, esta será desclassificada pelo pregoeiro, no entanto, a proposta inicial que será anexada, conforme item subsequente deverá ser identificada.

7.4 - Após o cadastramento da proposta no sistema, a licitante deverá anexar proposta seguindo o modelo do Anexo I, atendendo os requisitos do item 7.2 do presente edital.

7.5 - O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal e as especificações constantes do Termo de Referência, prevalecerão às últimas.

7.6 - Na proposta de preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

7.7 - O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, nos termos do artigo 250 do Decreto Municipal nº. 175/2023.

7.8 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº. 123/2006.

7.9 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.10 - Uma vez iniciada a sessão pública, não é possível o licitante retirar ou substituir a proposta.

7.11 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.12 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema, marcar todas as declarações exigidas, sob pena de desclassificação.

7.13 - O licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. - Do Preenchimento Proposta Comercial

8.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Valor total;
- c) Quantidade;
- d) Marca

8.2 - Quanto às propostas iniciais e realinhadas anexadas no sistema, obedecerão ao seguinte:

- a) Apresentada em língua portuguesa, sem entrelinha ou rasura, datada, em números arábicos, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, e-mail da empresa licitante e dados bancários.
- b) Conter a descrição completa dos itens, conforme especificações deste instrumento

convocatório.

- c) Conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado.
- d) Conter o preço unitário e total.
- e) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente, com duas casas decimais após a vírgula.
- f) Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data- limite prevista para entrega das propostas.
- g) A proposta que omitir o prazo de validade será considerado que foi ofertado o prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir da sua apresentação.
- h) Conter prazo para a execução do objeto, que não pode ultrapassar o estipulado.
- i) A apresentação de proposta ao referido processo implica na concordância com as normas estabelecidas no mesmo.
- j) Serão corrigidos automaticamente pelo pregoeiro quaisquer erros de soma e (ou) multiplicação.
- k) O pregoeiro reserva-se o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela licitante estão compatíveis com os de mercado.

8.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

8.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes e demais despesas inerentes ao fornecimento do objeto, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9. - Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances

9.1 - No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 8.2 do edital.

9.2 - O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada, confrontando suas quantidades com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente)**, DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.3 - Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

9.4 - O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

- 9.5 - As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro.
- 9.6 - Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.
- 9.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 9.10 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15 - Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no termo de referência. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.
- 9.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.17- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 9.18 - Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, e o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

9.19 - **A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.**

9.20 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

9.21- O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.22 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.

9.23 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.24 - A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

9.25 - Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

9.25.1 - O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123/2006 e suas alterações.

9.25.2 - Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

9.25.3 - A melhor proposta classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25.4 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.25.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas

de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.25.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.26 - O disposto no item 8.25 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.27 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances o critério de desempate será aquele previsto no [artigo 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

9.27.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.27.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.27.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.27.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.28 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#);

9.29 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, nos termos do artigo 61 da Lei nº. 14.133/2021.

9.29.1 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.29.2 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.29.3 - A negociação será conduzida pelo pregoeiro e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.30 - O pregoeiro solicitará, ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, conforme cláusula 8.2.

10 - Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora (Fase de Julgamento)

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar tanto com relação aos requisitos do item 8.2, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos e verificará posteriormente a habilitação do licitante vencedor conforme disposições do edital.

10.2- Os licitantes serão convocados previamente para manifestação, no prazo de 10 (dez) minutos, quanto a intenção de interposição de recursos, nos termos do art. 165, I, b, da Lei Federal nº. 14.133/21, sob pena de preclusão.

10.3- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **397085, 397091, 397088, 397087, 397083, 397090, 397089, 397082 e 397084** deste edital.

10.4- Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.5- Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.6- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do artigo 270 do Decreto Municipal nº. 175/2023.

10.6.1 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.6.2 - A inexecuibilidade só será considerada após diligência do agente de contratação/pregoeiro, que comprove que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.6.3 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.7- Considerar-se-a inexecuível de ofício a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.8- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9- Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.10 - O ajuste de que trata o item 10.9 se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.11 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.12 - Caso o termo de referência exija a apresentação de amostra/prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no termo de referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.13 - Caso o termo de referência não informe o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras/prova de conceito, este será divulgado por meio da ata de julgamento ou mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.14 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e registrado em ata.

10.15 - No caso de não haver entrega da amostra / apresentação da prova de conceito ou ocorrer atraso na entrega/apresentação, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo

entrega de amostra/prova de conceito fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.16 - Se a(s) amostra(s)/prova de conceito apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.17 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.18 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.19 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.20- Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.21 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.22 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.23- Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da L.C. nº. 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.24 - A declaração do vencedor acontecerá apenas no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.25 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.26 - Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

10.27 - Havendo divergência entre valores unitários e valores globais, considerar-se-ão como válidos os valores unitários, caso haja discrepância entre os valores em algarismo e por extenso, prevalecerão os últimos.

10.28 - Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Tupaciguara tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

10.29 - Caso a proposta, inicial ou final, não esteja conforme os parâmetros do item 8.2 deste instrumento convocatório, a licitante será convocada a adequar a proposta no prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogável.

11 - Da Fase de Habilitação

11.1 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

11.2 - Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.3 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.**

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.**

11.3.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4 - Caso conste nas consultas a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5 - A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.7 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.8 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, **via sistema, no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

11.9- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em

relação à integridade do documento digital.

11.10 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.11 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.12 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

11.13 - A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

11.14 - Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

11.15 - A documentação relativa à habilitação da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) ser enviada(s), exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), no prazo de até 2 (duas) horas, contadas do horário de intimação pelo “chat”, e consistirá em:

11.15.1 - Habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações se houver ou a última consolidada, devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresárias ou por ações, acompanhadas da documentação de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir.
- e) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- f) Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

g) O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

11.15.2 - Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo à sede ou domicílio do licitante, atualizado.
- c) Certidão de regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, conjunta, com prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), conforme MF nº. 358 de 05/09/2014.
- d) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa nos termos da Lei nº. 12.440/2011.
- g) A certidão que se refere a alínea anterior poderá ser obtida de forma eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

11.15.3 - Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão Negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.15.4 - Qualificação Técnica

- a) Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove exercício anterior de evento contendo no mínimo a locação de 15 equipamentos de lazer e recreação e infláveis de grande porte, acompanhando monitores qualificados, sendo educadores físicos ou recreadores profissionais.

11.15.5 – Outras documentações

- a) No caso de ME ou EPP, declarar que não ainda não celebrou contrato com a administração pública, no ano-calendário de 2024, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de aplicação do benefício, conforme anexo.

11.16 - O licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.17 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº. 147/2014.

11.18 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.19 - Caso seja apresentado algum documento com data de validade expirada, e esse documento possa ser obtido via internet, durante a realização da sessão, fica facultado ao pregoeiro obter nova certidão vigente, com fim de dar maior celeridade ao procedimento e sempre buscar a melhor proposta para a administração.

11.20 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.21 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.21.1 - Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização dos documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do artigo 64 da Lei nº. 14.133/2021.

11.21.2 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.21.3 - Os documentos referidos no item 10.15.2 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

11.22 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.23 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.24 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.25 - As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

11.26 - Conforme acórdão nº. 1.211/2021 do TCU, caso alguma empresa tenha algum documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou proposta, por equívoco ou falha, a empresa poderá solicitar a inclusão que será avaliada pelo pregoeiro.

12. - Dos Recursos Administrativos

12.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal, social e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste imediatamente a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

12.2 - Havendo quem se manifeste, o Pregoeiro concederá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, para que o(s) licitante(s) apresentem suas razões recursais, nos termos do art. 165 da Lei Federal n. 14.133/21, sob pena de preclusão.

12.3 - A falta de manifestação imediata quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

12.4 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [artigo 165 da Lei nº. 14.133/2021](#).

12.5 - As demais licitantes, desde logo, ficam intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.8- O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

12.9- A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação no Sítio Eletrônico Oficial PNCP e na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM que pode ser acessado pela página <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg>.

12.10 - Não serão conhecidos os recursos e as contrarrazões intempestivamente apresentadas.

13. - Da Reabertura Da Sessão Pública

13.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006.

13.1.3 - Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e também será publicada na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM que pode ser acessado pela página <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg>.

14. - Do Encerramento da Licitação

14.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação

14.2 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

14.3 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante

de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4- Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15. - Das Condições da Ata de Registro de Preços

15.1 - As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Administração Municipal e a licitante vencedora, serão formalizadas através de ata de registro de preços, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

15.2 - Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal convocará formalmente a licitante vencedora para assinar a ata de registro de preços, **que deverá comparecer dentro do prazo de 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da convocação.**

15.3 - O prazo estipulado no subitem 15.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Municipal.

15.4 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.5 - O Pregoeiro poderá, quando a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.5.1 - O fornecedor que não comparecer para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estipulado nos itens 15.2 e 15.3, ou se recusar em assinar a presente ata será submetido às penalidades.

15.6 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.7 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.8 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.9 - Caso a empresa não mantenha o compromisso assumido será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total, nos termos do art. 281, § 4º do Decreto Municipal n. 175/2023.

15.10 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.11 - A ata de registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas abaixo:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente dos casos de:

a) força maior,

b) caso fortuito;

c) fato do príncipe;

d) em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e/ou

IV - por razões de interesse público, devidamente justificado.

15.12 - No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da administração municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.13- Ocorrendo cancelamento dos preços registrados, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ata.

15.14- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, considerando-se cancelado o desconto registrado.

15.15- A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

15.16- Havendo o cancelamento dos preços registrados, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

15.17- Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar a ata de registro de preços, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

16. - Da Formação do Cadastro de Reserva

16.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

16.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.3 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.4 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 124 e art. 125 do Decreto Municipal nº 175/23.

16.6 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

17. Do Instrumento Contratual

17.1. - Após a homologação da licitação, será firmado Ata de Registro de Preço, posteriormente caso seja interesse de ambas partes será realizada a contratação.

17.2. - O adjudicatário terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato Administrativo e enviar, preferencialmente, via e-mail, devendo ser assinado, preferencialmente, na forma digital, por meio de ASSINATURA DIGITAL, baseada em certificação digital prevista na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, criada pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2.001.

17.3. - Após ser assinado digitalmente o licitante deverá enviar, preferencialmente, o Contrato Administrativo a esta Administração, por meio do e-mail licitacaogestao20212024@gmail.com ou fisicamente, caso a assinatura seja manual.

17.4. - O prazo para assinatura do o Contrato Administrativo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.5. - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.6. - Na assinatura do o Contrato Administrativo, poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata.

17.7. - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o instrumento contratual, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preço.

17.8. As contratações decorrentes da ata de registro de preços serão formalizadas, conforme prevê o art. 95 da Lei federal nº 14.133/21, por:

I - instrumento contratual;

II - carta-contrato;

III - nota de empenho de despesa;

IV - autorização de compra;

V - ordem de execução de serviço; ou

VI - outro instrumento equivalente.

17.9. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas nos arts. 89 a 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

18. - Obrigações da Contratada

18.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

18.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas.

18.3 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.

18.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

18.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.

18.6 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

18.7 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade, e correção nos termos da legislação pertinente.

18.8 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.

18.9 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificarem vícios ou defeitos.

18.10 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.

18.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

18.12 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes na concepção do objeto.

18.13 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.

18.14 - Comunicar à Administração, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de execução, com a devida comprovação.

18.15 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.

- 18.16 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.
- 18.17 - Reconhecer os direitos da administração, em caso das infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 18.18 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Município de Tupaciguara em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.
- 18.19 - Promover a execução dos serviços no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade.
- 18.20 - Prestar os serviços com excelência e boa qualidade dentro do seu prazo de execução.
- 18.21 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- 18.22 - Constar em nota fiscal, dados bancários para pagamento.

19. - Das Obrigações da Contratante

- 19.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 19.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.
- 19.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.
- 19.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.
- 19.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.
- 19.6 - Receber definitivamente o objeto.

20. - Do Recebimento, Prazo de Execução e Fiscalização

- 20.1 - O recebimento, prazo de entrega e fiscalização serão os estabelecidos no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

21. - Do Preço e do Pagamento

- 21.1- O preço e o pagamento serão os estabelecidos no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

22. - Das Infrações Administrativas e das Sanções

- 22.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 22.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 22.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) deixar de apresentar amostra; ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.4 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

22.1.5 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

22.1.6 - fraudar a licitação;

22.1.7 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.9 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

22.2 - Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

22.5 - Para as infrações previstas nos itens 22.1, 22.1.1, 22.1.3 e 22.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

22.6 - Para as infrações previstas nos itens 22.1.5, 22.1.6, c), 22.1.8 e 22.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

22.7 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.8 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.9 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em

decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1, 22.1.1, 22.1.3 e 22.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.10 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.5, 22.1.6, c), 22.1.8 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1, 22.1.1, 22.1.3 e 22.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

22.11 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3 e 22.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 191, §1º, inciso II, do Decreto Municipal nº 175, de 2021.

22.12 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.13 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.14 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.15 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.16 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23. - Da Validade Do Registro De Preços

23.1- O registro formalizado na ata a ser firmada entre o Município de Tupaciguara e as empresas que apresentarem as propostas classificadas em primeiro lugar no presente certame, **terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84, da Lei Federal n. 14.133/2021.**

23.2- Durante o prazo de validade do registro de preços o Município de Tupaciguara não ficará obrigado a comprar os materiais objeto deste pregão exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

23.3- O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando o Município de Tupaciguara optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

23.4- O fiscal da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor de compras.

23.5- A revisão dos preços registrados somente será possível caso a empresa comprove mediante documentos fiscais de compra dos insumos, a necessidade do reequilíbrio.

23.6- Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o Pregoeiro solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

23.7- Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o Pregoeiro da ata deverá convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

23.8- Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o Pregoeiro procederá a revogação da ata, promovendo a compra por outros meios licitatórios.

24. - Das Disposições Gerais

24.1- Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

24.2- A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

24.3- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluem-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Tupaciguara.

24.4- O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.5- É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.6- Os documentos e a proposta, exigidos bem como os seus anexos, têm que estar preferencialmente de acordo com o presente Edital, sendo que cada anexo tem sua forma para ser apresentado.

24.7- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.

24.8- A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

24.9- No caso de alteração deste Edital, no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.10- O Município de Tupaciguara poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) Venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) For envolvida em escândalo público e notório;
- c) Quebrar o sigilo profissional;
- d) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiras informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Tupaciguara;
- e) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

24.11 - O Município de Tupaciguara poderá, por despacho fundamentado do Pregoeiro e até a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

24.12 - A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no artigo 149, da Lei Federal nº. 14.133/21.

24.13 - Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Tupaciguara comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

24.14 - As decisões proferidas no presente processo serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM.

24.15 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.16 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

24.17 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou caso tenha sido vencedora, o cancelamento da autorização de serviços, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

24.18 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

24.19 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital

deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Licitação, localizado no 2º piso do Centro Administrativo, situado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº., Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, até 05 (cinco) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (034) 3281-0057 - E- mail: licitacaogestao20212024@gmail.com.

24.20 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Tupaciguara/MG.

24.21 - Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 08h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, no endereço referido no preâmbulo deste Edital, além de estar disponível pela internet, no site da prefeitura <https://www.tupaciguara.mg.gov.br/editais/> e no site <https://www.licitanet.com.br>.

24.22 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Modelo de Proposta;

Anexo II - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo III - Estudo Técnico Preliminar;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo V – Minuta do Contrato Administrativo;

Anexo VI – Declaração de Limite Receita Bruta enquadramento EPP.

Tupaciguara/MG, 14 de Maio de 2024.

Cassio Alves Pereira
Agente de Contratação

Anexo II - Termo de Referência

MODELO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Setores Requisitantes: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação

Responsáveis pelas Demandas: Quênia Lourenço Cardoso e Thaís Rodrigues Souto Borges

E-mail: edusme@yahoo.com.br

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Recreação e Produção de Eventos para atender a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Nos termos do art. 113, inciso I, do Decreto Municipal n. 175/2023, cabe ao órgão gerenciador registrar a intenção para registro de preços e dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse. Contudo, tendo em vista que o objeto da presente contratação não é multisetorial, sendo, portanto, exclusivo para a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, justifica-se a dispensa da publicidade de intenção de registro de preço, na forma do parágrafo único do mesmo artigo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<u>ARRAIAL DA EDUCAÇÃO (21 E 22 JUNHO)</u> • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa de evento, para 02 (dois) dias de festa junina da Secretaria da Educação – “ARRAIAL DA EDUCAÇÃO 2024” com a composição de profissionais abaixo descritos • <u>PRIMEIRO DIA</u> • Espaço Infantil com 09 equipamentos de lazer conforme lista abaixo. Acompanha monitores qualificados e	01 SE	81.952,00	81.952,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

uniformizados, infláveis e similares de grande porte, exceto brinquedos para água. Serão instalados em espaço de lazer definido; • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 02 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 01 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 jogo de argolas gigante 3,20(c) x 2,80(l) x 1,5(a)m ○ 02 infláveis 3 em 01 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 multi play (safari) inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 01 piscinas de bolinhas infláveis grandes 3,70(c) x 2,40(l) x 2,50(a)m ○ 01 touro mecânico com energia monofásica 5,00(c) x 5,00(l) x 4,00(a)m • 04 Personagens encantados vestidos a caráter junino, devidamente caracterizados com maquiagem, figurino e vestimenta completa • 01 Animador personagem caipira / locutor de palco; • 01 Casal caipira para animar e “marcar” a quadrilha com a participação do público; • Show musical com repertório típico junino; • 01 Locação de som 2x2 para o show musical, montado em ambiente externo com microfone extra e DJ; • 01 Foto 360°, com plataforma, por 2 horas; • 01 Iluminação para palco do show musical; • Palco tablado com metragem aproximada de 13,20m x 13,20m com altura de 10cm do chão; • Contratação de Brigadistas; • 60 metros de gradil; • Hospedagem para equipe técnica; • Incluso 2 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; • Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; • Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; • Inclusa alimentação da equipe; • <u>SEGUNDO DIA</u> • Espaço Infantil com 09 equipamentos de lazer conforme lista abaixo. Acompanha monitores qualificados e uniformizados, infláveis e similares de grande porte, exceto brinquedos para água. Serão instalados em espaço de lazer definido; • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 02 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m			
--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

	○ 01 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 jogo de argolas gigante 3,20(c) x 2,80(l) x 1,5(a)m ○ 02 infláveis 3 em 01 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 multi play (safari) inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 01 piscinas de bolinhas infláveis grandes 3,70(c) x 2,40(l) x 2,50(a)m ○ 01 touro mecânico com energia monofásica 5,00(c) x 5,00(l) x 4,00(a)m ● 01 Foto 360°, com plataforma, por 2 horas; ● Apoio estrutural para o classificatório do Concurso Regional de Quadrilhas; ○ Palco tablado com metragem aproximada de 13,20m x 13,20m com altura de 10cm do chão; ○ 01 Iluminação para ambiente palco e tablado; ○ 01 Animador personagem caipira / locutor de palco; ○ 01 Locação de som 2x2, montado em ambiente externo com microfone extra e DJ; ● 60 metros de gradil ● Incluso 2 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; ● Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; ● Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; ● Inclusa alimentação da equipe;			
02	<u>SEMANA DAS CRIANÇAS (OUTUBRO)</u> ● Contratação de empresa de recreação e produção de evento. ● Produção cultural e recreativa de evento, com a composição de profissionais abaixo descritos, para 04 (quatro) dias em comemoração ao mês das crianças – Praça de Recreio 8 conjuntos de ações abaixo descritas para Praça de Recreio, com atividades específicas para as crianças do município, em horário escolar (turno manhã + turno tarde contemplando idades de 6 a 16 anos. Cada turno contemplará: ○ Praça de Recreio com 14 equipamentos de lazer conforme lista abaixo. Acompanha monitores qualificados e uniformizados, infláveis e similares de grande porte, brinquedos para água. Serão instalados em espaço de lazer definido; ○ Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 02 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 01 tobogãs infláveis médios 5,00(c) x 4,00(l) x 5,00(a)m ○ 01 play gol inflável 5,00(c) x 3,00(l) x 4,50(a)m ○ 02 camas elásticas 3,70 diâmetros	01 SE	74.880,00	74.880,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

	○ 01 infláveis Multiatividade 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 multi play inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 02 futebóis de sabão infláveis grandes 12,00(c) x 6,00(l) x 2,40(a)m ○ 01 futebol de sabão inflável médio 8,00(c) x 5,00(l) x 2,40(a)m ○ 01 splash inflável grande 9,00(c) x 2,80(l) x 2,50(a)m ○ 02 splashes infláveis médios 5,20(c) x 2,80(l) x 1,70(a)mt ○ Recreação com 2 integrantes, sendo estes, educadores físicos ou recreadores profissionais, executando várias atividades durante o período de 2 horas, tendo como encerramento deste momento a festa das cores. Material incluso. ○ 6400 Picolés de frutas alocados em freezer, distribuídos em 08 sessões nos 04 dias, para serem entregues por monitores às crianças presentes; ○ Fornecimento gratuito de algodão doce e pipoca ao público presente; ○ 01 Locação de som 1x1 para ambiente externo com microfone, acompanha técnico de operação; ○ Segurança local pernoite; ○ Incluso 2 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; ○ Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; ○ Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; ○ Inclusa alimentação da equipe			
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	<u>INAUGURAÇÃO DO POLIESPORTIVO</u> • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa de evento, com a composição de profissionais abaixo descritos, este com 4 horas de duração no período da manhã ou tarde. • 04 profissionais de Educação Física para execução de atividades esportivas nas quadras do poliesportivo. (Basquete, vôlei, beach tênis, futebol) • 18 equipamentos de lazer conforme lista abaixo e seus monitores qualificados e uniformizados (infláveis e	01 SE	78.000,00	78.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

similares de grande porte, excetobrinquedos de água) para atender aproximadamente 1000 crianças instalados por toda área do poliesportivo; • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 03 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 02 tobogãs infláveis médios 5,00(c) x 4,00(l) x 5,00(a)m ○ 01 basquete inflável gigante 4,00(c) x 3,50(l) x 3,50(a)m ○ 01 play gol inflável 5,00(c) x 3,00(l) x 4,50(a)m ○ 02 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 jogo de argolas gigante 3,20(c) x 2,80(l) x 1,5(a)m ○ 03 infláveis 3 em 1 Multiatividades 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 inflável 3 em 1 Multiatividades 3,50(c) x 3,50(l) x 2,20(a)m ○ 01 multi play Multiatividades inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 02 piscinas de bolinhas infláveis grandes 3,70(c) x 2,40(l) x 2,50(a)m ○ 01 pebolim inflável 2,50(c) x 1,50(l) x 1,20(a)m • 4 animadores e recreadores interativos, caracterizados com seus figurinos. Performance de pernas de pau, palhaços e malabares. • 1 fanfarra musical composta por 3 instrumentistas de metais e 01 de percussão e instrumentos musicais, executando a performance pelo período de 4 horas. • 4 personagens encantados de contos de fadas e filmes, devidamente caracterizados com maquiagem, figurino e vestimenta completa. Personagens: fadas, princesas, família Disney, super-heróis. • 1 Animador e locutor de palco. • Recreação com 3 integrantes, sendo estes, educadores físicos ou recreadores profissionais, executando várias atividades durante o período de 2 horas, tendo como encerramento deste momento a festa das cores. Material incluso. • 3.000 Picolés de fruta alocados em freezer para serem entregues por monitores às crianças presentes. • 1 Som 2x2 para ambiente interno e externo com microfone, acompanha técnico de operação; • 1 Foto 360º, com plataforma, por 2 horas; • 2 Atrações artísticas para palco e solo ligados à área esportiva e cultural; • Incluso 2 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; • Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de			
--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

	energia, motores e acessórios; - Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; - Inclusa alimentação da equipe			
04	<u>SEMANA DO MUSEU (MAIO)</u> - Contratação de empresa de recreação e produção de evento. - Produção cultural e recreativa com a temática voltada ao seguimento do museu, com a realização de palestras, oficinas culturais, workshop, apresentações artísticas ou culturais durante a semana, para público de estudantes da cidade. - Incluso produtor cultural com transporte e alimentação	01 SE	28.080,00	28.080,00
05	<u>2º FLI TUPACIGUARA FESTIVAL LITERÁRIO e SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO</u> - Contratação de empresa de recreação e produção de evento. - Artística e cultural para 2 dias de evento, sendo 2 eventos conjuntos, em locais diferentes - Organização e produção de 3 Palestras com temas ligados ao Festival Literário e Seminário, com palestrantes específicos das suas áreas de atuação; - Organização de Feira de Livros em parceria com papelaria da cidade ou região; - Organização de Estante literária com intuito de trocas e doações de livros; - Organização de espaço para exposição e lançamento de livros de escritores locais; - Organização de espaço para autógrafo, atendimento e conversa de escritores locais com seus leitores; 01 Contação de histórias; 01 Apresentação teatral infantil; 01 Show artístico. (Chorinho ou acústico voz e violão); 01 Som 2x2 para ambiente externo com microfone, acompanha técnico de operação; - Foto 360°, com plataforma, por 2 horas;	01 SE	46.280,00	46.280,00
06	<u>ANIVERSÁRIO TUPACIGUARA (JUNHO)</u> - Contratação de empresa de recreação e produção de evento. - Produção cultural e recreativa de evento, com a composição	01 SE	95.638,40	95.638,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

Praça Antônio Alves Faria s/nº

CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000

TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

de profissionais abaixo descritos, este com 5 horas de duração no período da manhã ou tarde; • Praça de lazer infantil com 30 equipamentos de lazer conforme lista abaixo. Acompanha monitores qualificados e uniformizados, infláveis e similares de grande porte, brinquedos para água. Serão instalados em espaço de lazer definido; • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 03 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 03 tobogãs infláveis médios 5,00(c) x 4,00(l) x 5,00(a)m ○ 01 basquete inflável gigante 4,00(c) x 3,50(l) x 3,50(a)m ○ 01 play gol inflável 5,00(c) x 3,00(l) x 4,50(a)m ○ 05 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 jogo de argolas gigante 3,20(c) x 2,80(l) x 1,5(a)m ○ 03 infláveis Multiatividades 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 inflável Multiatividades 3,50(c) x 3,50(l) x 2,20(a)m ○ 01 multi play inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 02 piscinas de bolinhas infláveis grandes 3,70(c) x 2,40(l) x 2,50(a)m ○ 01 pebolim inflável 2,50(c) x 1,50(l) x 1,20(a)m ○ 02 futebol de sabão infláveis grandes 12,00(c) x 6,00(l) x 2,40(a)m ○ 01 futebol de sabão inflável médio 8,00(c) x 5,00(l) x 2,40(a)m ○ 01 splash inflável grande 9,00(c) x 2,80(l) x 2,50(a)m ○ 02 splashes infláveis médios 5,20(c) x 2,80(l) x 1,70(a)m ○ 01 touro mecânico com energia monofásica 5,00(c) x 5,00(l) x 4,00(a)m ○ 01 arena inflável 3,50(c) x 8,00(l) x 2,50(a)m; • Produção e apresentação de atrações artísticas no Coreto da praça local, com a participação de mágicos, palhaços, shows artísticos musicais ou teatrais com indicação livre; • Animadores interagindo diretamente com o público de forma escalonada, durante todo o evento. Exemplo: ○ 02 animadores e recreadores interativos, caracterizados com seus figurinos. ○ 01 show de magia ○ 04 personagens encantados de contos de fadas e filmes, devidamente caracterizados com maquiagem, figurino e vestimenta completa. Personagens: fadas, princesas, família Disney, super-heróis. ○ 01 Animador e locutor de palco. ○ Recreação e animação no palco, contendo 02 integrantes, sendo estes profissionais de animação, executando várias atividades durante o período do evento, tendo como encerramento deste momento a festa das cores. Material incluso. • Espaço CABELO DOIDO - Montagem de espaço para			
---	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

	funcionamento de Salão Infantil para cabelo, com material e 04 membros na equipe. Material incluso. • Montagem de espaço para pintura facial infantil, utilizando produtos atóxicos e com 04 membros na equipe. Material incluso. • 4.000 Picolés de fruta alocados em freezer para serem entregues por monitores às crianças • Fornecimento gratuito de algodão doce e pipoca ao público presente; • 01 Locação de som 2x2 para ambiente externo com microfone e DJ; • 01 Foto 360°, com plataforma, por 2 horas; • Incluso 04 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; • Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; • Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; Inclusa alimentação da equipe			
07	<u>FESTIVAL DE 80 ANOS DO CENTRO CULTURAL</u> • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Sarau com artistas locais. Sarau poderá envolver dança, poesia, leitura de livros, música acústica e outras formas de arte como pintura e teatro; • Produção de 02 apresentações no CCTU 1 sessão no sábado e 1 sessão no domingo. • Incluso produtor cultural com transporte e alimentação;	01 SE	14.560,00	14.560,00
08	<u>FEMUARTE (SETEMBRO)</u> • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Contratação de empresa de recreação e cultural para 04 (quatro) dias para a FEMUARTE; • Contratação de shows artísticos musicais;	01 SE	17.680,00	17.680,00
09	<u>SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (NOVEMBRO)</u> • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa com programa à temática das afromineiridades locais em celebração à Consciência Negra, com a composição de profissionais abaixo descritos, este com 3 horas de duração no período da	01 SE	23.920,00	23.920,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

	manhã e 3 horas de duração no período tarde. • Palestras nas escolas e espaços públicos; • Batalha de rimas nas escolas; • Música, teatros, danças ou oficinas artísticas dentro da temática; • 01 de som 1x1 para ambiente interno com microfone, acompanha técnico de operação;			
10	<u>NATAL LUZ (DEZEMBRO)</u> • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa de evento, com a composição de profissionais abaixo descritos, para 04 horas, em celebração natalina – NATAL LUZ DE TUPACIGUARA; • 01 Papai Noel devidamente caracterizado, com maquiagem, figurino e vestimenta completa; • 08 personagens encantados natalinos devidamente caracterizados com maquiagem, figurino e vestimenta completa; • 01 Show musical natalino; • 01 Locação de som 2x2 para ambiente externo com microfone, para suporte ao show musical, acompanha técnico de operação; • 01 Iluminação montada no palco para as apresentações; • 01 Foto 360°, com plataforma, por 2 horas; • Carreata com a chegada do Papai Noel, personalidades natalinas e autoridades da cidade; ○ Incluso transporte da equipe ○ Inclusa alimentação da equipe	01 SE	27.768,33	27.768,33
11	<u>EVENTOS AVULSOS</u> • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa para eventos avulsos e inaugurações de espaços públicos, com provisão para atender aproximadamente 800 crianças, composto de profissionais e 5 equipamentos abaixo descritos, este com 4 horas de duração no período da manhã ou tarde. • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 01 tobogãs infláveis 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)mt ○ 01 play gol inflável 5,00(c) x 3,00(l) x 4,50(a)mt ○ 02 infláveis Multiatividades 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)mt ○ 01 multi play Multiativudade inflável 6,60(c) x	05 SE	7.280,00	36.400,00

9,20(l) x 4,00(a)mt			
○ Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios;			
○ Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer;			
○ Inclusa alimentação da equipe			

Ressaltamos que os itens fornecidos de cada evento poderão sofrer pequenas alterações, em comum acordo entre a prefeitura de Tupaciguara e a empresa contratada, para adequação da realidade de cada evento.

1.3. Os objetos destas contratações não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto Municipal nº 175/2023.

1.4. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos para a contratação de uma empresa para a prestação de serviços de eventos, como festa junina e semana das crianças, para atender à Secretaria Municipal de Educação devem ser cuidadosamente definidos para garantir a seleção de um fornecedor adequado e a realização bem-sucedida dos eventos. Abaixo estão alguns requisitos essenciais que podem ser considerados:

1. **Experiência comprovada:** A empresa deve possuir experiência prévia na organização e execução de eventos similares, especialmente festas temáticas e eventos voltados para o público infantil. É importante verificar o histórico da empresa, incluindo referências de clientes anteriores e exemplos de eventos realizados com sucesso.
2. **Capacidade de atendimento:** A empresa precisa demonstrar capacidade para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, levando em consideração o tamanho e a complexidade dos eventos planejados, bem como a quantidade de participantes esperados.

3. **Qualidade dos serviços:** Deve-se assegurar que a empresa seja capaz de fornecer serviços de alta qualidade em todos os aspectos dos eventos, incluindo comida e bebida, entretenimento, decoração, atividades recreativas e segurança.
4. **Conformidade legal:** A empresa deve estar devidamente registrada e em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo licenças e autorizações necessárias para a realização de eventos públicos.
5. **Seguro:** É fundamental que a empresa possua seguro de responsabilidade civil adequado para cobrir eventuais incidentes durante os eventos, garantindo a segurança dos participantes e protegendo os interesses da Secretaria Municipal de Educação.
6. **Criatividade e inovação:** A empresa deve ser capaz de apresentar ideias criativas e inovadoras para os eventos, tornando-os atrativos e memoráveis para o público-alvo, ao mesmo tempo em que estão alinhados com os objetivos educacionais da Secretaria Municipal de Educação.
7. **Cumprimento de prazos e orçamento:** É essencial que a empresa seja capaz de cumprir os prazos estabelecidos e trabalhar dentro do orçamento disponível pela Secretaria Municipal de Educação, evitando atrasos e custos adicionais não previstos.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 5.1 O prazo de execução dos serviços será é a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2024, conforme solicitações das secretarias requisitantes.
- 5.2 Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3 Os serviços deverão ser executados no município de Tupaciguara nos locais indicados pelos requisitantes.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais dos contratos, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. Os fiscais do contrato Marcos Paulo de Carvalho Soares, matrícula 1736, Secretaria M. de Educação e Marcos Vinícius Silva Nascimento, matrícula 2838, Secretaria M. de Cultura e Comunicação acompanharão a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. Os fiscais do contrato anotarão no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 175/2023.);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, os fiscais técnicos do contrato emitirão notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. Os fiscais do contrato informarão aos gestores do contrato Srª. Thaís Rodrigues Souto Borges e Srª. Quênia Lourenço Cardoso, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, os fiscais técnicos do contrato comunicarão o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. Os fiscais do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Os fiscais do contrato verificarão a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, os fiscais do contrato atuarão tempestivamente na solução do problema, reportando aos gestores do contrato para que tomem as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. Os gestores do contrato coordenarão a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. Os gestores do contrato acompanharão a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. Os gestores do contrato acompanharão os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. Os gestores do contrato emitirão documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. Os gestores do contrato tomarão providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. Os fiscais do contrato comunicarão aos gestores do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. Os gestores do contrato deverão elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Execução dos serviços

7.1. Os Serviços deverão ser executados conforme solicitado pelas secretarias requisitantes de acordo com os eventos previstos no Termo de Referência, podendo também ser executado qualquer outro serviço em datas comemorativas não estipuladas.

7.2. A gestão da execução dos serviços ficará a cargo da Secretária Interina de Cultura e Comunicação Sr^a. Thaís Rodrigues Souto Borges e da Secretaria Municipal de Educação Sra. Quênia Lourenço Cardoso

7.3. Os serviços serão executados após a emissão da ACS – Autorização de Compras e Serviços, conforme cronogramas estipulados pelas secretarias requisitantes.

7.4. O prazo para execução dos serviços poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

- 7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.
- 7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Habilitação Técnica

8.9. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove exercício anterior de evento contendo no mínimo a locação de 15 equipamentos de lazer e recreação e infláveis de grande porte, acompanhando monitores qualificados, sendo educadores físicos ou recreadores profissionais.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando o orçamento prévio realizado, assim como as contratações anteriores deste objeto, a estimativa preliminar da contratação é de R\$ 504.960,00 (quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta reais).

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Tupaciguara.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Secretaria M. de Educação:

- 02.03.02.12.361.0004.20032.3.3.90.39- outros serviços de terceiros pessoa jurídica – ficha 129, FR 01.0500.0000.0000 – Recursos não vinculados de impostos. (CO 1001).

-02.03.02.12.365.0004.20031.3.3.90.39- outros serviços de terceiros pessoa jurídica – ficha 163, FR 01.0500.0000.0000 - Recursos não vinculados de impostos. (CO 1001).

Secretaria M. de Cultura e Comunicação:

-02.04.00.13.392.0013.20339.3.3.90.39 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica – Ficha: 203 – FR. 01.0500.0000.0000, 01.0709.0000.0000 e 01.0720.0000.0000.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

11.1 – DO LICITANTE:

11.1.1. Efetuar a entrega dos produtos objeto desta licitação no prazo estipulado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital, e comunicar imediatamente o representante legal do Contratante, na hipótese de ocorrências de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

11.1.2 - Manter, durante a vigência da licitação, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer esta contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.

11.1.3 - Executar a entrega dos produtos licitados, arcando com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA, provocados por ineficiência ou irregularidades dos produtos.

11.1.4 - Acatar e respeitar as normas administrativas do MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA no decurso do desenvolvimento do objeto ora licitado.

11.1.5 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto.

11.1.6 Reparar, corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas qualquer irregularidade que venha a ser encontrada no fornecimento dos produtos.

11.1.7 - Realizar a entrega de todos os produtos solicitados na Nota de Autorização de Fornecimento ou documentos equivalente, no prazo de até 07 (sete) dias úteis após seu recebimento. O objeto deste Certamente será requisitado conforme a necessidade da Secretaria solicitante

11.2 - DO MUNICÍPIO:

11.2.1 - Notificar o FORNECEDOR sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto desta ATA, fixando-lhe quando não pactuado, prazo para corrigi-las.

11.2.2 - Disponibilizar ao FORNECEDOR todas as informações necessárias à fiel execução do objeto licitado.

11.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, que estará condicionado ao fornecimento total das quantidades solicitadas em cada entrega.

11.2.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, indicando as razões da recusa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antônio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000

Tupaciguara/MG, 14 de Maio de 2024.

Júlio César Silva Sustrünk
Secretário Municipal de Cultura e Comunicação

Júlio César Silva Sustrünk
Secretária Municipal de Educação – Interino

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Recreação e produção de Eventos para Atender a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Referência: Inciso XX, art. 6º, Lei Federal n. 14.133/21.

1. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria/Setor/Departamento	Responsável
Secretaria Municipal de Educação	Quênia Lourenço Cardoso
Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação	Júlio César Silva

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada em eventos da Secretaria Municipal de Educação proporcionará acesso a profissionais com experiência específica na organização e execução de festas temáticas, como festas juninas e eventos voltados para crianças. Isso garante a qualidade e o sucesso dos eventos, minimizando riscos e maximizando o aproveitamento dos recursos investidos.

A festa junina é uma tradição cultural importante em muitas regiões do Brasil, celebrando as festividades de São João, São Pedro e Santo Antônio. Como parte integrante da cultura brasileira, sua realização contribui para a preservação e celebração das tradições locais.

A Semana da Criança é uma oportunidade para oferecer atividades que estimulem a criatividade, a imaginação e o aprendizado das crianças. Apresentações culturais, jogos educativos e outras atividades podem fazer parte do evento, promovendo o desenvolvimento infantil de forma lúdica e divertida.

A contratação em questão também atenderá a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, com eventos previstos no calendário municipal. Os eventos supracitados são, a **inauguração da praça de esportes municipal**, que é de suma importância para o município por se tratar de uma obra que encontrava-se parada por 15 anos e não recebia

nenhuma atenção das gestões anteriores. A Atual gestão concluiu a obra que beneficiará toda a população de Tupaciguara, garantindo o direito ao esporte e ao lazer de todo cidadão Tupaciguarense. Por se tratar de um complexo esportivo, com foco principalmente em atender as escolas da cidade, é fundamental a presença de toda a população para que tomem conhecimento da estrutura disponível e para que sintam-se pertencentes e ocupem este espaço público. Em seguida, teremos “**A Semana do Museu**”, que a população, e principalmente os estudantes serão brindados com uma semana de palestras, workshops, atividades, apresentações artísticas e culturais para comemorarmos e conscientizarmos a população com relação a importância do museu e seu papel fundamental de proteção ao patrimônio histórico material e imaterial, sem contar o valor que este espaço tem na memória dos cidadãos do município. Ainda no mês de Maio, teremos o **2º FLI TUPACIGUARA** (Feira Literária e seminário de alfabetização) que se trata de um evento fundamental para o mundo da educação e da promoção cultural. O Evento visa promover a leitura em nosso município, a difusão cultural, uma vez que este tipo de evento permite o acesso amplo a variedades de obras literárias promovendo o conhecimento e diversidade, possibilita encontros e debates com os autores de determinadas obras, além de incentivar a produção literária local e a conscientização sobre a importância da alfabetização, tanto para a inclusão social, quanto para o desenvolvimento pessoal e profissional. No mês seguinte, será comemorado o **aniversário de 112 anos da cidade de Tupaciguara**, evento que promove lazer, resgate histórico, promoção da cultura local e entretenimento para a população, além de contar com a adesão e admiração da maioria dos cidadãos, o evento do aniversário da cidade é um marco Histórico para o Município pela sua abrangência e é sempre marcado pela excelência na sua realização. O próximo evento a ser realizado pela empresa contratada será a comemoração dos **80 anos do centro cultural** com a realização de Sarau com artistas locais, com danças, poesia, livros, música acústica, expressões artísticas em geral para assim então ressaltarmos a relevância e importância histórica, material e imaterial, deste prédio que comemorará no corrente ano de 2024, 80 anos de existência. A preservação da história deste local e a sua relevância para a população torna este evento fundamental para a manutenção desta história e também para a promoção da arte e cultura em nosso município. O próximo evento acontecerá no mês de setembro, evento este intitulado com “**FEMUART**” (Feira Municipal de Artesanato de Tupaciguara) e a contratação da empresa, para um evento desta amplitude e abrangência, é fundamental por se tratar de um evento que se dará a sua 34ª edição no presente ano de 2024, o evento visa principalmente a promoção da arte e da cultura local, e esta visibilidade é essencial para o fomento e a conscientização da população às questões ligadas à cultura do nosso município. O evento visa estabelecer uma relação próxima entre os artistas locais e a população, dando visibilidade e valorização, tornando um dos eventos mais importantes deste circuito anual de eventos da cidade de Tupaciguara. No mês de Novembro, contaremos com um evento que promove cultura, educação e conscientização, evento em comemoração a **SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA** afim de promover respeito, a igualdade e o entretenimento entre todos, além de celebrar a riqueza da diversidade cultural e étnica em nosso município, além de valorizar a cultura afro-brasileira, conscientização e combate ao racismo, um problema que infelizmente ainda persiste em existir em nosso país. Evento de suma importância também para educar

a população a respeito das Afromineiridades e seu extremo valor. E em Dezembro, inicia-se a comemoração do Natal, e a prefeitura municipal de Tupaciguara promoverá o evento nomeado com **“NATAL LUZ”**, trazendo a tona o espírito comunitário e natalino, visando promoção de entretenimento para a população, atrações natalinas, além de fortalecer o comércio local, promover o turismo e atividades que contemplam a família toda, atrações acessíveis a toda a comunidade, independente de suas condições socioeconômicas, promovendo e garantindo o direito de todos ao Lazer, cultura e a sociabilidade, encerrando então o circuito de atrações e eventos municipais, promovidos pela Prefeitura de Tupaciguara e estas atrações supracitadas, são de fundamental importância para entretenimento dos cidadãos e para que tudo ocorra com segurança e fluidez, contando com a qualificação e garantia da empresa contratada. Por fim, esta formalização de demanda atesta a necessidade da contratação de mais 5 (cinco) **EVENTOS AVULSOS** a serem realizados pela Secretaria M. de Cultura e Comunicação, tendo em vista a impossibilidade de previsão exata da necessidade de eventos/inaugurações devido ao cronograma de cada uma das obras em andamento.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O objeto da presente contratação não está vinculada ao PCA (Plano de Contratação Anual) do Município, visto que este ainda não foi elaborado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Ao buscar uma empresa especializada em recreação e produção de eventos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria M. de Cultura e Comunicação, com foco em festas temáticas como festas juninas e eventos similares, é importante considerar uma série de requisitos para garantir que a empresa contratada seja capaz de atender às demandas específicas. Abaixo estão alguns requisitos essenciais a serem considerados: **Experiência comprovada:** A empresa deve ter experiência comprovada na organização e execução de festas temáticas, especialmente festas juninas e eventos similares. Isso pode ser demonstrado por meio de portfólio, referências de clientes anteriores e casos de sucesso. **Conhecimento das necessidades dos requisitantes:** é fundamental que a empresa compreenda as necessidades específicas das Secretarias Requisitantes e esteja familiarizada com as diretrizes e regulamentos relacionados à realização de eventos em ambientes educacionais e públicos. **Profissionalismo e comprometimento:** a empresa contratada deve ser profissional e comprometida com a qualidade do serviço prestado. Isso inclui cumprir prazos, comunicar-se de forma clara e eficaz, e estar disponível para resolver quaisquer problemas que possam surgir durante o processo de organização do evento. **Criatividade e inovação:** é importante que a empresa tenha capacidade criativa e seja capaz de oferecer ideias inovadoras para tornar o evento memorável e cativante para o público-alvo, especialmente para crianças em idade escolar.

Segurança e conformidade regulatória: A empresa deve garantir a segurança dos participantes e estar em conformidade com todas as regulamentações e normas de

segurança aplicáveis à realização de eventos, especialmente aqueles envolvendo crianças.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Os quantitativos estimados para a esta contratação foram baseados na demanda de eventos que serão realizados pelas secretarias Municipais de Educação e Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação no exercício de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	ARRAIAL DA EDUCAÇÃO (21 E 22 JUNHO) • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa de evento, para 02 (dois) dias de festa junina da Secretaria da Educação – “ARRAIAL DA EDUCAÇÃO 2024” com a composição de profissionais abaixo descritos • PRIMEIRO DIA • Espaço Infantil com 09 equipamentos de lazer conforme lista abaixo. Acompanha monitores qualificados e uniformizados, infláveis e similares de grande porte, exceto brinquedos para água. Serão instalados em espaço de lazer definido; • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 02 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 01 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 jogo de argolas gigante 3,20(c) x 2,80(l) x 1,5(a)m ○ 02 infláveis 3 em 01 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 multi play (safari) inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 01 piscinas de bolinhas infláveis grandes 3,70(c) x 2,40(l) x 2,50(a)m ○ 01 touro mecânico com energia monofásica 5,00(c) x 5,00(l) x 4,00(a)m • 04 Personagens encantados vestidos a caráter junino, devidamente caracterizados com maquiagem, figurino e vestimenta completa • 01 Animador personagem caipira / locutor de palco; • 01 Casal caipira para animar e “marcar” a quadrilha com a participação do público; • Show musical com repertório típico junino; • 01 Locação de som 2x2 para o show musical, montado em ambiente externo com microfone extra e DJ; • 01 Foto 360º, com plataforma, por 2 horas; • 01 Iluminação para palco do show musical;	01 SE

	• Palco tablado com metragem aproximada de 13,20m x 13,20m com altura de 10cm do chão; • Contratação de Brigadistas; • 60 metros de gradil; • Hospedagem para equipe técnica; • Incluso 2 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; • Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; • Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; • Inclusa alimentação da equipe; • <u>SEGUNDO DIA</u> • Espaço Infantil com 09 equipamentos de lazer conforme lista abaixo. Acompanha monitores qualificados e uniformizados, infláveis e similares de grande porte, exceto brinquedos para água. Serão instalados em espaço de lazer definido; • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 02 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 01 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 jogo de argolas gigante 3,20(c) x 2,80(l) x 1,5(a)m ○ 02 infláveis 3 em 01 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 multi play (safari) inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 01 piscinas de bolinhas infláveis grandes 3,70(c) x 2,40(l) x 2,50(a)m ○ 01 touro mecânico com energia monofásica 5,00(c) x 5,00(l) x 4,00(a)m • 01 Foto 360º, com plataforma, por 2 horas; • Apoio estrutural para o classificatório do Concurso Regional de Quadrilhas; ○ Palco tablado com metragem aproximada de 13,20m x 13,20m com altura de 10cm do chão; ○ 01 Iluminação para ambiente palco e tablado; ○ 01 Animador personagem caipira / locutor de palco; ○ 01 Locação de som 2x2, montado em ambiente externo com microfone extra e DJ; • 60 metros de gradil • Incluso 2 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; • Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios;	
--	--	--

	• Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; • Inclusa alimentação da equipe;	
02	SEMANA DAS CRIANÇAS (OUTUBRO) • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa de evento, com a composição de profissionais abaixo descritos, para 04 (quatro) dias em comemoração ao mês das crianças – Praça de Recreio 8 conjuntos de ações abaixo descritas para Praça de Recreio, com atividades específicas para as crianças do município, em horário escolar (turno manhã + turno tarde contemplando idades de 6 a 16 anos. Cada turno contemplará: ○ Praça de Recreio com 14 equipamentos de lazer conforme lista abaixo. Acompanha monitores qualificados e uniformizados, infláveis e similares de grande porte, brinquedos para água. Serão instalados em espaço de lazer definido; ○ Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 02 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 01 tobogãs infláveis médios 5,00(c) x 4,00(l) x 5,00(a)m ○ 01 play gol inflável 5,00(c) x 3,00(l) x 4,50(a)m ○ 02 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 infláveis Multiatividade 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 multi play inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 02 futebóis de sabão infláveis grandes 12,00(c) x 6,00(l) x 2,40(a)m ○ 01 futebol de sabão inflável médio 8,00(c) x 5,00(l) x 2,40(a)m ○ 01 splash inflável grande 9,00(c) x 2,80(l) x 2,50(a)m ○ 02 splashs infláveis médios 5,20(c) x 2,80(l) x 1,70(a)mt ○ Recreação com 2 integrantes, sendo estes, educadores físicos ou recreadores profissionais, executando várias atividades durante o período de 2 horas, tendo como encerramento deste momento a festa das cores. Material incluso. ○ 6400 Picolés de frutas alocados em freezer, distribuídos em 08 sessões nos 04 dias, para serem entregues por monitores às crianças presentes; ○ Fornecimento gratuito de algodão doce e pipoca ao público presente; ○ 01 Locação de som 1x1 para ambiente externo com microfone, acompanha técnico de operação; ○ Segurança local pernoite;	01 SE

	○ Incluso 2 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; ○ Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; ○ Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; ○ Inclusa alimentação da equipe	
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
03	<u>INAUGURAÇÃO DO POLIESPORTIVO</u> • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa de evento, com a composição de profissionais abaixo descritos, este com 4 horas de duração no período da manhã ou tarde. • 04 profissionais de Educação Física para execução de atividades esportivas nas quadras do poliesportivo. (basquete, vôlei, beach tênis, futebol) • 18 equipamentos de lazer conforme lista abaixo e seus monitores qualificados e uniformizados (infláveis e similares de grande porte, excetobrinquedos de água) para atender aproximadamente 1000 crianças instalados por toda área do poliesportivo; • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 03 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 02 tobogãs infláveis médios 5,00(c) x 4,00(l) x 5,00(a)m ○ 01 basquete inflável gigante 4,00(c) x 3,50(l) x 3,50(a)m ○ 01 play gol inflável 5,00(c) x 3,00(l) x 4,50(a)m ○ 02 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 jogo de argolas gigante 3,20(c) x 2,80(l) x 1,5(a)m ○ 03 infláveis 3 em 1 Multiatividades 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 inflável 3 em 1 Multiatividades 3,50(c) x 3,50(l) x 2,20(a)m ○ 01 multi play Multiatividades inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 02 piscinas de bolinhas infláveis grandes 3,70(c) x 2,40(l) x 2,50(a)m ○ 01 pebolim inflável 2,50(c) x 1,50(l) x 1,20(a)m • 4 animadores e recreadores interativos, caracterizados com seus figurinos. Performance de pernas de pau, palhaços e malabares. • 1 fanfarra musical composta por 3 instrumentistas de	01 SE

	metais e 01 de percussão e instrumentos musicais, executando a performance pelo período de 4 horas. • 4 personagens encantados de contos de fadas e filmes, devidamente caracterizados com maquiagem, figurino e vestimenta completa. Personagens: fadas, princesas, família Disney, super-heróis. • 1 Animador e locutor de palco. • Recreação com 3 integrantes, sendo estes, educadores físicos ou recreadores profissionais, executando várias atividades durante o período de 2 horas, tendo como encerramento deste momento a festa das cores. Material incluso. • 3.000 Picolés de fruta alocados em freezer para serem entregues por monitores às crianças presentes. • 1 Som 2x2 para ambiente interno e externo com microfone, acompanha técnico de operação; • 1 Foto 360º, com plataforma, por 2 horas; • 2 Atrações artísticas para palco e solo ligados à área esportiva e cultural; • Incluso 2 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; • Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; • Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; • Inclusa alimentação da equipe	
04	SEMANA DO MUSEU (MAIO) • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa com a temática voltada ao seguimento do museu, com a realização de palestras, oficinas culturais, workshop, apresentações artísticas ou culturais durante a semana, para público de estudantes da cidade. • Incluso produtor cultural com transporte e alimentação	01 SE
05	2º FLI TUPACIGUARA FESTIVAL LITERÁRIO e SEMINARIO ALFABETIZAÇÃO • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • artística e cultural para 2 dias de evento, sendo 2 eventos conjuntos, em locais diferentes • Organização e produção de 3 Palestras com temas ligados ao Festival Literário e Seminário, com palestrantes específicos das suas áreas de atuação; • Organização de Feira de Livros em parceria com papelaria da cidade ou região;	01 SE

	• Organização de Estante literária com intuito de trocas e doações de livros; • Organização de espaço para exposição e lançamento de livros de escritores locais; • Organização de espaço para autógrafo, atendimento e conversa de escritores locais com seus leitores; • 01 Contação de histórias; • 01 Apresentação teatral infantil; • 01 Show artístico. (Chorinho ou acústico voz e violão); • 01 Som 2x2 para ambiente externo com microfone, acompanha técnico de operação; • Foto 360º, com plataforma, por 2 horas;	
06	ANIVERSÁRIO TUPACIGUARA (JUNHO) • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa de evento, com a composição de profissionais abaixo descritos, este com 5 horas de duração no período da manhã ou tarde; • Praça de lazer infantil com 30 equipamentos de lazer conforme lista abaixo. Acompanha monitores qualificados e uniformizados, infláveis e similares de grande porte, brinquedos para água. Serão instalados em espaço de lazer definido; • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 03 tobogãs infláveis grandes 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)m ○ 03 tobogãs infláveis médios 5,00(c) x 4,00(l) x 5,00(a)m ○ 01 basquete inflável gigante 4,00(c) x 3,50(l) x 3,50(a)m ○ 01 play gol inflável 5,00(c) x 3,00(l) x 4,50(a)m ○ 05 camas elásticas 3,70 diâmetros ○ 01 jogo de argolas gigante 3,20(c) x 2,80(l) x 1,5(a)m ○ 03 infláveis Multiatividades 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)m ○ 01 inflável Multiatividades 3,50(c) x 3,50(l) x 2,20(a)m ○ 01 multi play inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)m ○ 02 piscinas de bolinhas infláveis grandes 3,70(c) x 2,40(l) x 2,50(a)m ○ 01 pebolim inflável 2,50(c) x 1,50(l) x 1,20(a)m ○ 02 futebóis de sabão infláveis grandes 12,00(c) x 6,00(l) x 2,40(a)m ○ 01 futebol de sabão inflável médio 8,00(c) x 5,00(l) x 2,40(a)m ○ 01 splash inflável grande 9,00(c) x 2,80(l) x 2,50(a)m ○ 02 splashes infláveis médios 5,20(c) x 2,80(l) x 1,70(a)m ○ 01 touro mecânico com energia monofásica 5,00(c) x 5,00(l) x 4,00(a)m	01 SE

	○ 01 arena inflável 3,50(c) x 8,00(l) x 2,50(a)m; • Produção e apresentação de atrações artísticas no Coreto da praça local, com a participação de mágicos, palhaços, shows artísticos musicais ou teatrais com indicação livre; • Animadores interagindo diretamente com o público de forma escalonada, durante todo o evento. Exemplo: ○ 02 animadores e recreadores interativos, caracterizados com seus figurinos. ○ 01 show de magia ○ 04 personagens encantados de contos de fadas e filmes, devidamente caracterizados com maquiagem, figurino e vestimenta completa. Personagens: fadas, princesas, família Disney, super-heróis. ○ 01 Animador e locutor de palco. ○ Recreação e animação no palco, contendo 02 integrantes, sendo estes profissionais de animação, executando várias atividades durante o período do evento, tendo como encerramento deste momento a festa das cores. Material incluso. • Espaço CABELO DOIDO - Montagem de espaço para funcionamento de Salão Infantil para cabelo, com material e 04 membros na equipe. Material incluso. • Montagem de espaço para pintura facial infantil, utilizando produtos atóxicos e com 04 membros na equipe. Material incluso. • 4.000 Picolés de fruta alocados em freezer para serem entregues por monitores às crianças • Fornecimento gratuito de algodão doce e pipoca ao público presente; • 01 Locação de som 2x2 para ambiente externo com microfone e DJ; • 01 Foto 360º, com plataforma, por 2 horas; • Incluso 04 coordenadores de equipe para evento, gestor geral para todas as contratações e execuções de demandas do evento; • Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; • Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; Incluso alimentação da equipe	
07	FESTIVAL DE 80 ANOS DO CENTRO CULTURAL • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Sarau com artistas locais. Sarau poderá envolver dança, poesia, leitura de livros, música acústica e outras formas de arte como pintura e teatro; • Produção de 02 apresentações no CCTU 1 sessão no	01 SE

	sábado e 1 sessão no domingo. Incluso produtor cultural com transporte e alimentação;	
08	FEMUARTE (SETEMBRO) - Contratação de empresa de recreação e produção de evento. - Contratação de empresa de recreação e cultural para 04 (quatro) dias para a FEMUARTE; - Contratação de shows artísticos musicais;	01 SE
09	SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (NOVEMBRO) - Contratação de empresa de recreação e produção de evento. - Produção cultural e recreativa com programa à temática das afromineiridades locais em celebração à Consciência Negra, com a composição de profissionais abaixo descritos, este com 3 horas de duração no período da manhã e 3 horas de duração no período tarde. - Palestras nas escolas e espaços públicos; - Batalha de rimas nas escolas; - Música, teatros, danças ou oficinas artísticas dentro da temática; 01 de som 1x1 para ambiente interno com microfone, acompanha técnico de operação;	01 SE
10	NATAL LUZ (dezembro) - Contratação de empresa de recreação e produção de evento. - Produção cultural e recreativa de evento, com a composição de profissionais abaixo descritos, para 04 horas, em celebração natalina – NATAL LUZ DE TUPACIGUARA; 01 Papai Noel devidamente caracterizado, com maquiagem, figurino e vestimenta completa; 08 personagens encantados natalinos devidamente caracterizados com maquiagem, figurino e vestimenta completa; 01 Show musical natalino; 01 Locação de som 2x2 para ambiente externo com microfone, para suporte ao show musical, acompanha técnico de operação; 01 Iluminação montada no palco para as apresentações; 01 Foto 360º, com plataforma, por 2 horas; - Carreata com a chegada do Papai Noel, personalidades natalinas e autoridades da cidade; - Incluso transporte da equipe - Inclusa alimentação da equipe	01 SE

11	EVENTOS AVULSOS • Contratação de empresa de recreação e produção de evento. • Produção cultural e recreativa para eventos avulsos e inaugurações de espaços públicos, com provisão para atender aproximadamente 800 crianças, composto de profissionais e 5 equipamentos abaixo descritos, este com 4 horas de duração no período da manhã ou tarde. • C: Comprimento, L: Largura e A: Altura ○ 01 tobogãs infláveis 6,00(c) x 5,00(l) x 6,00(a)mt ○ 01 play gol inflável 5,00(c) x 3,00(l) x 4,50(a)mt ○ 02 infláveis Multiatividades 6,60(c) x 4,80(l) x 4,40(a)mt ○ 01 multi play Multiatividade inflável 6,60(c) x 9,20(l) x 4,00(a)mt ○ Incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos de lazer, contendo todo volume de extensões de energia, motores e acessórios; ○ Incluso transporte da equipe e dos equipamentos de lazer; ○ Inclusa alimentação da equipe	05 SE
----	---	-------

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para fins de levantamento de mercado, foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

Após análise, concluiu-se que para contratação do objeto a realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico é a solução mais apta a atender as necessidades da Administração, uma vez que irá proporcionar uma maior participação de licitantes interessadas, resultando na obtenção de proposta mais vantajosa para administração.

A prefeitura já realizou contratação similar que atenderam perfeitamente a finalidade pública, o que motiva a realização de novo processo nos mesmos moldes.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação será realizada pelo departamento de compras nos termos do artigo 35, VI, do Decreto Municipal 175/2023.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem a finalidade de garantir a realização de eventos de alta qualidade, que atendam às expectativas das Secretarias Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação proporcionando experiências positivas e enriquecedoras para toda a comunidade escolar e a população em geral.

Para que fossem alcançados os resultados pretendidos da presente contratação, foi realizado um comparativo entre as seguintes soluções de mercado: realização de processo licitatório, por meio de pregão eletrônico ou adesão a uma ata de registro de preços para a execução dos serviços. Assim, a contratação mostra-se uma solução viável na modalidade Pregão eletrônico, com julgamento por menor preço global de cada evento.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Dada a natureza divisível do objeto, a presente contratação será dividida em eventos, com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço global, garantindo, assim, a ampla concorrência.

No entanto, cada evento será realizado de forma global, tendo em vista que seria inviável realizar a contratação de várias empresas para fornecer diversos itens dentro do mesmo evento.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se contratar os serviços descritos nesta solução com o melhor preço, com qualidade que atenda a especificação, correspondendo às necessidades das Secretarias requisitantes desta prefeitura. Além disso, visa atender às áreas administrativas, técnicas ou de ensino, buscando a qualidade dos serviços públicos.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações que guardam relação ou dependência com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende contratar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário, tão somente, que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e as normas vigentes da política de sustentabilidade ambiental.

14. ANÁLISE DOS RISCOS – RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados à contratação. Os riscos analisados foram organizados em uma categoria:

a) Riscos de gestão contratual;

Para cada risco identificado, definiu-se:

- a) a probabilidade de ocorrência dos eventos;
- b) os possíveis danos potenciais em caso de acontecimento;
- c) possíveis ações preventivas e contingências;
- d) bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa.

A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme as definições de referência a seguir:

PROBABILIDADE		
Escala	Frequência Observada/ Esperada	Descritivo de Escala
5- Muito Alta	>=90%	Evento esperado que ocorra na maioria das circunstâncias
4- Alta	>=50% <90%	Evento provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias
3- Possível	>=30% <50%	Evento deve ocorrer em algum momento
2- Baixa	>=10% <30%	Evento pode ocorrer em algum

		momento
1- Muito Baixa	<10%	Evento pode acontecer apenas em circunstâncias excepcionais

A **análise quantitativa** dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direciona as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato, conforme as definições de referência a seguir.

Escala de Impacto :

- (a) Peso 5: Catastrófico - o impacto ocasiona colapso às ações de gestão, a viabilidade estratégica pode ser comprometida;
- (b) Peso 4: Grande - o impacto compromete acentuadamente às ações de gestão, os objetivos estratégicos podem ser fortemente comprometidos;
- (c) Peso 3: Moderado - o impacto é significativo no alcance das ações de gestão;
- (d) Peso 2: Pequeno - o impacto é pouco relevante ao alcance das ações de gestão;
- (e) Peso 1: Insignificante - o impacto é mínimo no alcance das ações de gestão.

ESCALA DE IMPACTO		
Níveis	Peso	Classificação
RC – RISCO CRÍTICO	5	Catastrófico - o impacto ocasiona colapso às ações de gestão, a viabilidade estratégica pode ser comprometida;
RA – RISCO ALTO	4	Grande - o impacto compromete acentuadamente às ações de gestão, os objetivos estratégicos podem ser fortemente comprometidos;
RM – RISCO MÉDIO	3	Moderado - o impacto é significativo no alcance das ações de gestão;
RP – RISCO PEQUENO	2	Pequeno - o impacto é pouco relevante ao alcance das ações de gestão;
RI – RISCO INSIGNIFICANTE	1	Insignificante - o impacto é mínimo no alcance das ações de gestão;

TRATAMENTO DE RISCOS

ID	RISCO 04	
R 02	Risco	Execução dos serviços de forma insatisfatória
	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto

	Dano	Se os serviços contratados não forem executados conforme acordado, pode resultar em perdas financeiras significativas para o município. Isso inclui despesas com contratação de artistas, locação de espaços, publicidade e outros custos relacionados ao evento.
ID	Ação Preventiva	
1	Fiscalizar a execução do contrato;	
2	Acompanhar o serviço de forma criteriosa;	

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Tendo em vista que a Secretaria de Educação realizará contratação correlata, de mesma natureza, o ETP será elaborado de forma conjunta, nos termos do artigo 34, §1º do Decreto Municipal nº 175/2023.

As Secretarias Municipais de Educação e Cultura e Comunicação por meio de seus secretários, declaram **VIÁVEIS** estas contratações.

16. RESPONSÁVEIS

Quênia Lourenço Cardoso
Secretária Municipal de Educação

Júlio César Silva Sustrünk
Secretário Municipal de Cultura e Comunicação

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2024

LEI FEDERAL Nº: 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA, inscrito no CNPJ: 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo, sito na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº. Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480/000, representado pelo Sr. Secretário Municipal de Administração e Finanças **Bruno Rodrigues Machado**, brasileiro, casado, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº. 032.392.606-11, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº: 003/2024, publicado em XX/XX/2024, Processo Licitatório nº: 022/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº: 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº: 175, de 2023, e demais normas aplicáveis a matéria, e em conformidade com as disposições a seguir:

Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em realização, recreação e produção de eventos culturais e educacionais durante o ano de 2024 no município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

9. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em realização, recreação e produção de eventos culturais e educacionais durante o ano de 2024 no município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, especificado(s) no(s) item(ns) 1 (um) do Termo de Referência, anexo I do edital do Processo Licitatório nº: 022/2024, modalidade Pregão Eletrônico nº: 003/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujo preço tenha sido registrado, independentemente de transcrição.

10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 9.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	Especificação	UN	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unit.	Valor Total

- 9.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

11. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 9.3. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Tupaciguara, sendo este o único contratante.

12. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 9.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.4.1. No caso de prorrogação da Ata de Registro, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IBGE) de correção monetária.

9.4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

9.4.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

9.5. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº: 14.133/2021.

9.5.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº: 14.133/2021.

9.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

9.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

9.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

9.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

9.7.2.2. Mantiverem sua proposta original.

9.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

9.8. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

9.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 9.7.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.10.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

9.10.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 15.

9.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.12. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº: 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº: 175, de 2023.

9.12.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

9.13. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

9.14. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 9.10 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.15. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.15.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.15.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.16. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.17. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.17.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº: 14.133/2021;

9.17.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.17.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº: 14.133/2021.

9.17.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

9.17.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.18. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.18.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.18.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.18.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.18.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº: 14.133/2021.

9.19. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.19.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.19.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.20, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº: 14.133/2021, e na legislação aplicável.

9.19.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

9.19.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.24, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.19.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.19 e no item 9.19.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.19.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº: 14.133/2021.

15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.20. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.20.1. for liberado;

9.20.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

9.20.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.20.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº: 14.133/21;
e

9.20.5. não aceitar o preço revisado pela administração municipal.

9.21. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº: 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.22. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.20 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.23. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.24. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses constantes no art. 125 do Decreto Municipal nº: 175/2023, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.24.1. pelo decurso do prazo de vigência;

9.24.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

9.24.3. por fato superveniente, decorrente dos casos de:

8.5.3.1 força maior;

8.5.3.2 caso fortuito;

8.5.3.3 fato do príncipe;

8.5.3.4 em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e/ou

8.5.4 por razões de interesse público, devidamente justificado.

16. DAS PENALIDADES

9.25. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, seus anexos, e no Decreto Municipal nº: 175/2023.

9.25.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.26. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.27. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

17. CONDIÇÕES GERAIS

9.28. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega, execução e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em XX (XXXXXX) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Tupaciguara/MG, XX de XXXXXXXX de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHA:

1. _____ CPF _____

2. _____ CPF _____

FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Nome: _____

Matricula: _____

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº: XXX/2024
LEI FEDERAL Nº: 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº:/2024, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
TUPACIGUARA, POR INTERMÉDIO DO SR. BRUNO
RODRIGUES MACHADO E A EMPRESA
.....

O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA, inscrito no CNPJ: 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo, sito na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº. Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480/000, representado pelo Sr. Secretário Municipal de Administração e Finanças **Bruno Rodrigues Machado**, brasileiro, casado, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº. 032.392.606-11, doravante denominado **CONTRATANTE**, e XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, situada na XXXXXXXXXXXXXXXX, nº: XXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX/XX, representado por seu representante legal XXXXXXXXXXXXXXXX portador do CPF: XXX.XXX.XXX-XX, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº: 013/2024, e em observância às disposições da [Lei Federal nº: 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº: 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

18. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#))

O objeto do presente instrumento é o de Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em realização, recreação e produção de eventos culturais e educacionais durante o ano de 2024 no município de Tupaciguara, nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
...						

1.1. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta do contratado;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. Registra-se, que os quantitativos do presente contrato se referem ao saldo remanescente da Ata de Registro de Preços nº XXX/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº: 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 1.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Tupaciguara para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 05 (cinco dias) úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

25. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

25.1. São obrigações do Contratado:

25.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

25.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei Federal nº: 8.078/1990](#));

25.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega/execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

25.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

25.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

25.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

25.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

25.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

25.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

25.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

25.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

25.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei Federal n.º 14.133/2021](#));

25.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#));

25.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

25.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#).

25.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

26.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei Federal nº: 14.133/2021](#), o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº: 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, pelo descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou pela inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº: 14.133/21, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº: 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2.4. Multa, na forma definida no Edital:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo de responsabilização que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei Federal nº: 14.133/2021](#) e o [Decreto Municipal nº: 175/2023](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, bem como através de processo administrativo simplificado, na forma do Capítulo IX do Decreto [Municipal nº: 175/2023](#), na hipótese de aplicação das sanções de advertência e multa.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([Capítulo IX do Decreto Municipal nº: 175/2023](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- f) a situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº: 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Federal nº: 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos

previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº: 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma do Decreto Municipal nº 175, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

9.2.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

9.2.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

9.2.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei Federal nº: 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.a. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.b.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.c. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei Federal nº: 14.133/2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº: 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Tupaciguara, na dotação abaixo discriminada:

13.	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO	FICHA	FONTE

13.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº: 14.133/2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº: 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº: 14.133/2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº: 14.133/2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº: 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei Federal 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº: 14.133/2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei Federal nº: 12.527/2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal nº: 7.724/2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO

17.1. Vinculam-se a este contrato o Edital decorrente do Processo Licitatório nº XXX/2024, Pregão Eletrônico nº: XXX/2024.

37. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tupaciguara, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei Federal nº: 14.133/21](#).

Tupaciguara/MG, XX de XXXXXXXX de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF _____

2. _____ CPF _____

FISCAL (IS) DA CONTRATAÇÃO:

1.

Matricula:

Anexo VI

Declaração de Limite Receita Bruta Enquadramento EPP

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xxx.xxx.xxx/xxxxxx, sediada em xxxxxxxxx/xx, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº. XXX/2024, declara expressamente que não celebrou contrato com a administração pública, no ano-calendário de 2024, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de aplicação do benefício.

_____, ____ de _____ de ____.

Identificação do Representante da Empresa